



GT 19. As tramas da intolerância e dos racismos religiosos e as mobilizações políticas por direitos das religiões de matrizes afro-brasileiras

Coordenador(es):

Dilaine Soares Sampaio (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Ana Paula Mendes de Miranda (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1 - As tramas da intolerância

Debatedor/a: Rosiane Rodrigues de Almeida (INEAC)

Sessão 2 - As tramas do racismo

Debatedor/a: Lana Lage da Gama Lima (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 3 - As tramas da mobilização

Debatedor/a: Zuleica Dantas Pereira Campos (UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco)

O GT tem como objetivo discutir os múltiplos processos que envolvem a intolerância religiosa e os racismos religiosos, envolvendo as tradições de matrizes afro-brasileiras, que transbordam o “campo” religioso, havendo imbricações com questões políticas, jurídicas, sociais e culturais. Almeja ainda refletir sobre os processos de (in)visibilidade desses conflitos no espaço público em diferentes contextos e seus efeitos nos planos pessoal, interpessoal e institucional. A discussão acerca da intolerância religiosa perpassa ainda pelos debates em torno de políticas patrimoniais, das políticas públicas e da presença dos símbolos religiosos nos espaços públicos, que são objeto de várias controvérsias, além de não possuírem a mesma recepção da sociedade brasileira. Um exemplo são os símbolos religiosos vinculados às religiões de matrizes afro-brasileiras, frequentemente e sucessivamente violados em proporções muito mais elevadas que outros símbolos religiosos, notadamente os vinculados às religiões cristãs. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que procurem, a partir de perspectivas etnográficas, discutir o acirramento das intolerâncias, especialmente após as mudanças políticas vividas no Estado brasileiro, e pensá-las levando em conta a diversidade regional. E estimula o debate de eixos interpretativos para a realização de pesquisas nesse campo empírico, bem como sobre a perspectiva ética e a conjuntura de desmantelamento de equipamentos públicos de garantias de direitos.

?Dos seus pecados e iniquidades não me lembrarei mais?: intolerância religiosa, resignificação e esquecimento das religiões de matriz afro-brasileira no Quilombo São Pedro

Autoria: Alef Monteiro de Souza (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Nesta comunicação apresento parte dos resultados da pesquisa de mestrado que venho realizando junto a uma congregação da Assembleia de Deus na Comunidade Quilombola São Pedro, no município de Castanhal, Pará. O material aqui apresentado compreende algumas consequências da intolerância religiosa dos pentecostais às tradições religiosas de matriz afro-brasileiras que já foram muito presentes nessa comunidade. Desde as últimas décadas, esse quilombo do nordeste paraense tem passado por um massivo processo de pentecostalização que até o presente momento culminou na conversão de mais da metade de seus moradores à fé pentecostal. Em minha pesquisa, além de alguns outros efeitos, percebi que a conversão ao pentecostalismo engendra uma resignificação depreciativa das práticas religiosas de matriz afro-



brasileiras, bem como o não acesso das gerações mais jovens ao conhecimento das vivências religiosas de suas famílias no passado. Diante desta circunstância, meu objetivo é descrever a resignificação e o esquecimento das religiões de matriz afro-brasileira operados pela Assembleia de Deus em São Pedro. Para tanto, venho utilizando como método a observação participante e a realização de entrevistas. Os dados gerados em campo me permitem dizer que, em semelhança ao que acontece no cenário nacional, o pentecostalismo demoniza a religiosidade afro-brasileira na comunidade São Pedro. Para os quilombolas convertidos, os espíritos, bichos visagentos, encantados, caboclos e voduns, assim como os fenômenos a eles ligados, como as flechadas de bicho, panema e a própria pajelança, não passam de ações diabólicas no cotidiano de pessoas sem Deus. Por esse motivo, os mais velhos não contam para as gerações mais novas as práticas religiosas anteriores ao evento da conversão. Assim, em uma comunidade que tem na memória um dos pilares de sua etnicidade, um relevante traço de negritude tem sido apagado e substituído por uma religiosidade que, apesar de tudo, permanece sincrética, mas que se configura em mais um elemento catalizador do racismo e da negação da ancestralidade africana na cultura local.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: